



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11/10/16

EDITAL

Nº05/AM/EE/2016

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na única reunião da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia quinze de setembro de dois mil e dezasseis, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

-----“ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

“ATO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTIAGO DO CACÉM, SANTA CRUZ E S.BARTOLOMEU DA SERRA, Armando Severino de Almeida.

Na sequência da renúncia ao mandato do Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, passou a exercer estas funções o Senhor Armando Severino de Almeida que se segue na lista da CDU, pela qual foram eleitos, em conformidade com o previsto no nº1 do Artigo 79.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, procedeu à verificação da identidade e legitimidade do eleito, o qual passou a integrar a Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto no Artigo 42ª da Lei atrás referida, tendo o mesmo procedido, em seguida, à leitura do termo de aceitação das funções.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- **a) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município, para conhecimento;**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Um – Dar conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2016, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas.* --

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. “-----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, o Senhor José Sucena, eleito da CDU, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- **b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I), para 2017;** ---

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Um – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a incidir sobre o valor patrimonial tributário,

11/10/17

a vigorar em 2017, para prédios urbanos 0,375%, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro na redação da Lei 83-c/2013, de (Orçamento do Estado para 2014), e o disposto na alínea ccc) do nº 1 do artº 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, e os senhores José Sucena e Jorge Magrinho, eleitos da CDU. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU e um da eleita do BE, e seis abstenções, sendo quatro dos eleitos do PS e dois dos eleitos do PSD. -----

Verificou-se a ausência temporária de dois eleitos do PS. -----

--- **c) Derrama/ano de 2017** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Um – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a **Derrama de 1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, **a cobrar no ano de 2017.**-----

Dois – Isenções para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os.150 mil euros no ano anterior. -----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do nº 14 e do nº 1 e 2 do artigo 18 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea ccc) do nº 1 do artº 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU e um da eleita do BE, e seis abstenções, sendo quatro dos eleitos do PS e dois dos eleitos do PSD. -----

Verificou-se a ausência temporária de dois eleitos do PS. -----

--- **d) Participação Variável no IRS – Fixação da Percentagem** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Um – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a **taxa de 5%** para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município, **a vigorar no ano de 2017.** -----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 26 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25 e na alínea ccc) do nº 1 do artigo

PTT-1073

33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezoito a favor dos eleitos da CDU, e oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, dois dos eleitos do PSD e um da eleita do BE. -----
Verificou-se a ausência temporária de um eleito do PS. -----

---e) Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – alteração da alínea f) do artigo 6º;-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Um: Submeter à Assembleia Municipal a **alteração da redação da alínea f) do artigo 6º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior**, passando a redigir-se **“O candidato apresentar a sua situação tributária e contributiva regularizada”**; -----

Dois: a aplicação desta alteração a todas as candidaturas referentes ao concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo 2016/2017. -----

FUNDAMENTOS: Um – Parecer da Comissão de Seleção e Acompanhamento das Bolsas de Estudo; -----

Dois – Tratar-se de uma exigibilidade que melhor cumpre os princípios de proporcionalidade, adequação e justiça e mais favorável ao candidato; -----

Três – Recomendação nº 09/B/2013 do Senhor Provedor da Justiça; -----

Quatro – alínea g) do número 1 do artigo 25º e alínea k) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por unanimidade.-----

--- f) Ampliação e renovação da Escola Básica nº 3 de Santo André – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----

“APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais resultantes do contrato que vier a ser celebrado no âmbito da empreitada para a “Ampliação e Renovação da Escola Básica n.º 3 (EB1/JI)”, com o encargo estimado de 650.000,00€, sendo a estimativa de repartição de encargos para 2016 de 69.000,00 € e 2017 de 581.000,00 €, valores a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; -----

FUNDAMENTOS: 1- Prevê-se a execução da obra em 2016 e 2017 e encontra-se prevista em PPI de acordo com objetivo 2.1.1.2.3. e projeto n.º 2015/021 – Escola EBI nº 3 - Bairro do Pinhal. -----

2- Alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente.”

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por unanimidade. -----

--- g) Transferência de verba para a Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, para apoio na recuperação do Centro Cultural de Ermidas.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

“PROPOSTA: Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da transferência de verba para a Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), para apoio à recuperação e remodelação do Centro Cultural de Ermidas. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: A Junta de Freguesia de Ermidas-Sado apresentou uma candidatura ao Proder, Sub-Programa 3 – Dinamização das Zonas Rurais, para adaptação, ampliação, remodelação e recuperação de instalações destinadas a equipamento cultural. A candidatura em referência foi aprovada pela ADL em 30.04.2012. -----

DOIS: Para além da obra financiada a Junta de Freguesia teve a necessidade de realizar trabalhos de remodelação do bar e adquirir sistema de som, tela e projetor para a sala do Centro Cultural. -----

TRÊS: A Câmara Municipal considera importante a reabilitação deste espaço que permitiu que a população da Freguesia de Ermidas disponha de um espaço de cultura e lazer. -----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM: Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

DOIS: As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos das alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime. -“

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, o Senhor João Pereira, eleito do PS, e o Senhor Carlos Parreira, eleito da CDU.---

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por unanimidade. -----

--- h) Abertura de procedimento concursal – Recrutamento para cargo de direcção intermédia de 2.º grau – Aprovar a composição do júri.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

“PROPOSTA: Submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri de recrutamento, para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo:-----

Presidente: Ana Luísa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro, Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

Vogais: Anabela da Conceição Candeias Duarte Cardoso, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Robertina Maria Calado Pereira Pinela, Chefe da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde. -----

FUNDAMENTOS: De facto: Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados por procedimento concursal que se rege pelas disposições dos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigos 20.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro. -----

É da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a designação do júri de recrutamento, que é composto por um presidente e dois vogais.

De direito: De acordo com o disposto no artigo 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.” -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, o Senhor João Pereira, eleito do PS, e o Senhor Carlos Parreira, eleito da CDU.---

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por unanimidade.-----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de junho e julho de 2016. -----

* documento que será dado como reproduzido na ata da reunião, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado, pelos membros da Mesa.”-----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO.

Santiago do Cacém, 19 de setembro de 2016

A PRESIDENTE,



